

O trabalho e o Minotauro*: as constantes metamorfoses de um conflito permanente

The work and the Minotauro: the constant transformations of a permanent conflict

PAULO ROBERTO WÜNSCH**

CARLOS NELSON DOS REIS***



RESUMO – O presente artigo objetiva destacar alguns aspectos das transformações societárias na contemporaneidade a partir da análise da crise estrutural do capitalismo do final dos anos de 1960 e início dos anos de 1970, que impactou o debate teórico a respeito da condução de formulação de política econômica bem como da organização e gestão da estrutura produtiva. Tais transformações resultaram na mudança de referencial teórico para a formulação de política econômica que passou de uma orientação teórica keynesiana para uma de recorte teórico neoliberal. Além disso, estimulou a implantação de medidas de reformulação da base produtiva em razão de seus custos de produção e financeiros reorientando o processo de acumulação. Sendo que esta realidade de globalização dos mercados e reestruturação produtiva incide objetiva e subjetivamente no mundo do trabalho, conforme se pretende demonstrar.

Palavras-chave – Trabalho. Capitalismo. Reestruturação produtiva.

ABSTRACT – The article discusses some aspects of the contemporary changes in society starting from an analysis of the structural crisis of capitalism at the end of the '1960s and beginning of the '1970s, which impacted the theoretical debate about the implementation of economic policies as well as the organization and operation of the production structure. Those changes resulted in the shift of the theoretical framework for the definition of economic policies from a Keynesian theoretical orientation to a neoliberal one. They also stimulated the rearrangement of the production base because of the production-related and financial costs, which reoriented the accumulation process. The article tries to show how this globalization of markets and restructuring of production had objective and subjective effects on the world of labor.

Keywords – Labor; Capitalism; Restructuring of production.

* O Minotauro constitui uma analogia ao mito grego. Aqui expressa a união do ser humano social burguês com a racionalidade capitalista cuja estada é o labiríntico processo produtivo do qual emerge o despótico sacrifício dos trabalhadores assalariados. O Minotauro contemporâneo se destaca pela capacidade de ocultar os vestígios da exploração através da fetichização da mercadoria; de efetuar a alienação dos produtores frente ao que produzem; pelo direito de dispor da mão de obra, impondo as condições de trabalho realizadas na perspectiva da valorização do capital; pelo uso das instituições para efetuar a coerção e/ou cooptação para a lógica do capitalista.

** Doutorando em Serviço Social PUCRS, membro do NEPE e professor da FISUL e UCS. *E-mail:* pvinte@terra.com

*** Doutor em Economia pela Unicamp. Professor Titular Permanente do PPGSS/FSS/PUCRS. Porto Alegre – RS/Brasil. *E-mail:* cnelson@pucrs.br

Submetido em: março/2010. Aprovado em: junho/2010.

A crise do capitalismo do final da década dos anos de 1960 encerrou um ciclo expansivo de acumulação capitalista iniciado após o final da Segunda Guerra Mundial. Tal crise combinou queda generalizada da taxa de lucro, estagnação econômica, elevação generalizada dos preços e esgotamento da base produtiva e formas de organização do trabalho, todas configuradas e consolidadas no âmbito da Segunda Revolução Industrial.

Como resultante dessa crise, proliferou-se um vigoroso debate sobre a forma de regulação das atividades econômicas, ocasionado por intervenção estatal ou se pelo livre jogo das forças de mercado. O cenário resultou favorável ao referencial teórico que preconiza a hegemonia do mercado enquanto instrumento de regulação das relações econômicas. Essa orientação passou a ser adotada pelos principais centros de economia capitalista na formulação de suas políticas econômicas. Concomitantemente à aplicação de novos fundamentos econômicos, teve início a implantação de um conjunto de medidas que reverteram a operacionalidade científica e técnica da base produtiva, o que resultou na promoção de transformações societárias.

É neste contexto de vigorosas alterações de rumo da política econômica que este artigo busca refletir e discorrer sobre a reestruturação produtiva para, a partir dessa, abordar alguns efeitos no mundo do trabalho no contexto da “terceira onda de transformação produtiva”. Pois as novas técnicas de organização da força de trabalho de cunho toyotista, acopladas às inovações tecnológicas, alteram a configuração do trabalho, impondo a exigência de novas “competências” e “habilidade” para o trabalhador tentar se inserir e se manter no mercado de trabalho diante da redução do “trabalho vivo” e da ampliação do controle mais objetivo da força de trabalho. Transformações que ampliam o componente intelectual da atividade de parcela de trabalhadores, mas mantêm muitos outros, efetuando atividades rotineiras e repetitivas, e com relações de trabalho precárias, temporárias, criando uma “nova morfologia do trabalho”. Realidade na qual se situam as ações visando à conquista da subjetividade do trabalhador pelo capital para a dominação consentida e o seu comprometimento com o universo e ideário da empresa. Desta maneira reduzindo as ações de resistência diante da dificuldade dos trabalhadores se reconhecerem enquanto classe, em sua trajetória de “classe para si”. Diante desses aspectos da realidade, este artigo tem por objetivo refletir sobre as mutações atuais decorrentes da globalização dos mercados e a configuração do trabalho no contexto da reestruturação produtiva.

Crise e globalização dos mercados

O final dos anos de 1960 culmina com o término do período consagrado na literatura como “anos dourados do capitalismo”. Sem dúvida que se trata de uma época gloriosa em que tudo vai muito bem em relação à lógica da reprodução do capital. Produção, circulação e realização combinam uma trajetória ascendente da acumulação por um período de trinta anos. Este ajuste esteve fundado na articulação da tecnologia resultante da Segunda Onda de Transformação Produtiva e das técnicas de organização do trabalho de cunho taylorista/fordista.¹ Do ponto de vista teórico, o referencial que orienta a formulação e condução de política econômica é o keynesiano,² no qual o Estado tem importante papel de agente produtor de bens e serviços, tendo, inclusive, a seu encargo a promoção do bem-estar social.

No entanto, no final da década de 1960 e início da de 1970, este ciclo de crescimento se encerra e o sistema mergulha em uma crise estrutural. Crise que combina queda generalizada da taxa de lucro, estagnação econômica, elevação generalizada dos preços e esgotamento das ferramentas tecnológicas da Segunda Revolução Industrial, caracterizando o fenômeno definido na literatura econômica como *stagflação*.³

Tal crise, do ponto de vista da teoria econômica, em realidade, tem que ser vista sob dois aspectos: um primeiro de corte teórico e um segundo relacionado com a estrutura da base produtiva. O primeiro evidencia uma renovada efervescência do debate acadêmico entre adeptos do keynesianismo e do neoliberalismo.⁴ No cerne da discussão está a forma de regulação das atividades econômicas, se a mesma deve ser realizada por intervenção estatal ou pelo livre jogo das forças de mercado. Trata-se de um debate histórico que se proliferou como vantajoso para os neoliberais, principalmente, a partir do

momento em que grandes potências capitalistas, tais como Estados Unidos e Inglaterra, passaram a adotá-lo na formulação de suas orientações de político-econômicas.

Como derivação dos resultados deste vigoroso debate acadêmico e sua adesão política e ideológica, tem-se o segundo aspecto: impactos na base produtiva. No cerne do diagnóstico neoliberal, considera-se que o fator gerador e alimentador da crise é o elevado nível dos custos de produção e financeiros. Em relação aos custos de produção, sua origem é o aumento generalizado dos recursos naturais – dado que a matriz produtiva vigente era de uso intensivo destes recursos – e a elevação dos custos da mão de obra – explicados tanto pelo uso intensivo do processo taylorista/fordista como das conquistas sociais obtidas ao longo dos “anos dourados”. Por sua vez, os custos financeiros, na ótica teórica neoliberal, são impulsionados pelo tamanho do setor produtivo estatal, da regulamentação e da proteção social na lógica do Estado de Bem-Estar Social.

Desse diagnóstico resultam as orientações de políticas econômicas que se proliferam no final dos anos de 1970, principalmente a partir de seu uso pelos governos americano de Ronald Reagan e inglês de Margareth Thatcher. De uma forma sintética, as orientações são: reverter os custos produtivos via uma vigorosa reestruturação produtiva que envolve racionalização de custos, buscando diminuí-los ao mínimo necessário; introduzir novas tecnologias objetivando uma reconversão da matriz produtiva, tornando-a pouco intensiva no uso de recursos naturais e de mão de obra; e, implantar um novo processo de gestão da força de trabalho com características distintas da taylorista/fordista, ou seja, a flexibilização do trabalhador nos respectivos postos de operação. Esta nova forma também é conhecida na literatura de economia e de administração como modelo toyotista.⁵

No tocante ao papel do Estado, a orientação neoliberal é contundente. Este modelo prega uma reforma que repõe a liberdade de funcionamento do mercado sem a intervenção do Estado.

[...] la planificación como todo intento de regulación del Estado sobre el mercado refleja en cierta medida la intromisión de la política en la economía; es la imposición de alguna forma de la dictadura de lo político. En cambio el mercado impone una disciplina impersonal y tiene la garantía de ser neutro, descontaminado de influencias políticas (RODRÍGUEZ, 2002, p. 19).

Em suma, advogam o mercado como o *locus* referencial de todas as decisões dos agentes econômicos, tanto do lado da oferta como da demanda, orienta a desregulamentação do mercado, que em países como o Brasil se traduziu em maior abertura da economia ao capital estrangeiro, redução do papel do Estado e privatização de empresas estatais. Em realidade, por trás desta medida, está a erradicação do déficit público e controle da dívida pública. Quanto à Proteção Social, orienta um recorte de política social focalizada, dirigida àqueles que efetivamente não têm as mínimas condições para a sobrevivência. Em última instância, reforça a política social focalizada, meritocrática e prega a mercantilização de ações anteriormente definidas como de responsabilidade do Estado, tais como: saúde, educação, previdência entre outras.

Assim, com a mudança de referencial teórico para a formulação de política econômica e a implantação de medidas que reformulam a base produtiva, alimentam transformações societárias de porte; a lógica da reprodução capitalista se reorienta para uma nova etapa de acumulação, qual seja a da globalização dos mercados.⁶ Esta terminologia tem sido muito utilizada em alusão a uma multiplicidade de acontecimentos que estariam configurando uma redefinição das relações internacionais em diferentes áreas da vida social, tais como: produção de bens e serviços, trabalho, finanças entre outros. Tal contexto se consolida após a adoção de políticas econômicas de recorte teórico neoliberal que, ao liberalizarem as transações comerciais entre os países, fez com que o mundo seja o mercado global para a realização da mercadoria; para a valorização do capital em sua forma financeira; da informação e do conhecimento tecnológico de ponta; e, por consequência, do trabalho.

Em síntese, essas transformações societárias, por um lado, recuperam o sistema para a continuidade em sua lógica de reprodução, mas, por outro, acabaram marginalizando áreas inteiras e

acentuando a hierarquia em nível econômico e político entre as nações dos oligopólios e as “periféricas”. Ingressa-se na fase da “mundialização do capital”⁷ graças à liberalização, à desregulamentação e às novas tecnologias da informação, entre as quais a microeletrônica enquanto ferramentas que permitem a intensificação desse processo e do “complexo de reestruturação produtiva”.⁸

Como resultado dessas mudanças, o passado recente se apresenta como um período diferente em relação à época do imperialismo e do chamado período taylorista-fordista, embora continue se acentuando a concentração e centralização do capital. Uma das manifestações mais evidentes disto é a inter-relação entre capital financeiro e produtivo da qual emerge um “novo capitalismo”, agora personificado por um administrador de um fundo de pensão, praticamente anônimo, e não mais um Henry Ford. Isso indica a preferência dos investimentos para a esfera financeira, visando a um retorno em curto prazo em detrimento da valorização do capital industrial (CHESNAIS, 1996).

Contudo, é a partir do movimento do capital produtivo que se deve pensar as dimensões do intercâmbio comercial, dos investimentos no exterior e o fluxo de capital monetário que financiam o setor produtivo, pois é ele quem comanda a criação de valor e riqueza, portanto distinto do que ocorre na esfera da circulação financeira (CHESNAIS, 1996). Assim, o crescimento do comércio mundial deve ser situado no contexto de integração industrial transnacional, aliado ao crescimento de fluxos de produtos intermediários, típicos das empresas-rede das quais surgem diferentes formas de intercâmbio do tipo intracorporativo ou mesmo resultantes de terceirização internacional. Já em relação à esfera financeira, há uma hipertrofia da mesma, caracterizada pela elevada mobilidade e o paradoxo entre interesses dos operadores e das necessidades sociais, sendo que parte do processo de sua valorização é fictício, isto é, não passou por um investimento produtivo, evidenciando a forma mais fetichizada da relação capitalista (D-D’). Bem como, destaca-se o fato da acumulação do capital monetário extraído da forma mais-valia crescentemente estar sendo transferido para aplicação na esfera financeira, visando ampliar as oportunidades de obtenção de lucros.

A “mundialização do capital” tem também beneficiado os grupos industriais através da liberalização dos investimentos e das trocas; contudo isso não impediu que o setor produtivo tivesse sua importância reduzida diante da expansão do capital financeiro com fortes traços rentistas. A liberalização comercial simultaneamente objetiva assentar as redes de aprovisionamento e de subtração onde os custos são mais baixos e se engaja numa concorrência desigual com empresas de produtividade mais baixa.

Isso, por sua vez, não elimina a busca de investimentos no processo produtivo cuja ampliação da valorização do capital demanda o revolucionar da base técnica aliada às inovações na organização e gestão da força de trabalho no processo produtivo enquanto parte da ofensiva para obter o máximo possível de rendimento da mesma. Esse fato é inerente ao modo de produção capitalista como advertiram Marx e Engels no Manifesto do Partido Comunista. Evidentemente que, aliado às determinações tecnológicas com seus respectivos investimentos em pesquisa e desenvolvimento diante da competitividade mundializada, existem as determinações políticas, especialmente as que se referem ao enfraquecimento da mobilização da classe trabalhadora, com a adoção de políticas antissindiais e a hegemonia das ideias de recorte neoliberal, já referidas.

Afinal, um dos pontos de localização da crise para os neoliberais estava no poder excessivo e nefasto do movimento operário em especial dos sindicatos, que haviam corroído as bases de acumulação capitalista com suas pressões reivindicativas, elevando os salários, como também para que o Estado aumentasse os gastos sociais, o que repercutia negativamente nas taxas de lucro. Na lógica neoliberal, existe espaço para um Estado forte em sua capacidade de romper com o poder dos sindicatos. A meta suprema da política econômica passou ser a estabilidade monetária através da disciplina orçamentária, com contenção de gastos com bem-estar, e a restauração da taxa “natural” de desemprego, ou seja, a criação de um exército de reserva de trabalho para enfraquecer o poder de mobilização do sindicato, além de promover reformas fiscais para incentivar os agentes econômicos (ANDERSON, 1995).

Os “novos” liberais empreenderam um esforço buscando construir a hegemonia,⁹ sem, contudo, deixarem de advogar o uso da dominação¹⁰ quando necessária, o que é perfeitamente possível na sua concepção ao distinguir o liberalismo econômico do político.¹¹ A ideia central divulgada por eles é que o livre jogo das forças do mercado geraria uma melhor utilização dos fatores de produção, beneficiando toda sociedade.

Entretanto a denominada acumulação “flexível”, apoiada na flexibilidade dos processos de trabalho, dos mercados, dos produtos e padrões de consumo, visa reconstituir a base de valorização do capital (HARVEY, 2003). Neste contexto de vigorosas transformações, é imprescindível refletir sobre configurações do trabalho na sociedade capitalista, pois é no próprio campo da globalização dos mercados, inclusive o de trabalho, que os trabalhadores devem buscar meios e formas para enfrentar o Minotauro.

Configuração do trabalho no contexto da reestruturação produtiva

A originalidade das novas técnicas de organização da força de trabalho de cunho toyotista está em articular a evolutiva continuidade da racionalização do trabalho do taylorismo-fordismo com a busca de um maior envolvimento dos operários à lógica do capital. O domínio da subjetividade dos operários faz-se necessário para reduzir as ações de resistência em busca de direitos diante da concorrência mundializada, aliado ao custo das novas tecnologias de base microeletrônica. Nos setores de alta tecnologia e/ou estratégicos do processo produtivo, o saber operário é requisito nas políticas de seleção e contratação da mão de obra qualificada, no incentivo à qualificação e estímulo à participação através de sugestões.

O toyotismo objetiva incorporar o conhecimento qualificado do trabalhador e obter seu envolvimento através dos chamados Círculos de Controle de Qualidade (CCQs). Eles incitam os trabalhadores a discutir seu trabalho e desempenho, apresentar sugestões para melhorar a produtividade enquanto necessidade de assegurar a competitividade e de manter o emprego. Como parte desse processo, a empresa compensa através de benefícios materiais aqueles cujas ideias contribuam para melhorar a produção, o produto e para reduzir custos, além de realizar a valorização simbólica, como expressa a escolha do “colaborador destaque do mês”, evidenciado em quadro mural e boletim informativo da empresa. Assim: “Hoje, muito mais que durante a fase de hegemonia taylorista/fordista, o trabalhador é instigado a se autocontrolar, a autorrecriminar-se e, até mesmo, autopunir-se quando a produção não atinge a meta desejada [...]” (ANTUNES, 2005, p. 53).

Estes aspectos referidos evidenciam a inexistência de antítese entre produzir e dominar, pois as relações de subordinação e consentimento significam possibilidade de intensificação da extração da mais-valia. Este processo não é novo, mas o que o distingue dos sistemas organizacionais da produção anteriores é a ênfase atribuída à subjetividade, à busca da conquista da hegemonia do capital por meio de um conjunto de ideias apresentadas como comprovadamente verdadeiras. Além de tornar a mundialização do capital como algo inexorável e, portanto, suas restrições são consideradas inevitáveis a fim de dificultar as ações coletivas de resistência dos trabalhadores.

É de se ressaltar a contribuição das ideias neoliberais para subsunção dos operários à lógica do Minotauro, na medida em que enfatizam a proeminência moral do indivíduo em relação aos desejos de qualquer coletividade social, assentada na noção de que o mais competente será promovido e ocupará os postos mais elevados na hierarquia econômica e social. Explicam-se as diferenças na esfera produtiva e social somente a partir dos mais capazes e suas qualificações subjetivas como inteligência, habilidade, destemor e força de vontade, incentivando um darwinismo social. Neste sentido, fortalece a ética das relações hierárquicas do modelo a ser imitado, gestando a subserviência, além de omitir as determinações das desigualdades oriundas da estrutura econômica e social, fetichizando a realidade, evidenciando o componente mítico do Minotauro.

Em razão disso, tornou-se corrente o uso dos termos como empreendedorismo, qualificação e capacitação como sinonímia de desenvolvimento social, empregabilidade e possibilidade de ascensão social. Ideias estas que contribuem para justificar a existência de trabalhadores estáveis com emprego formal e os sujeitos ao trabalho desprotegido informal.

O uso do trabalho informal encontra-se presente no Brasil, historicamente vinculado ao trabalho agrícola e, em atividades da indústria calçadista, de confecções, entre outras, através do trabalho em domicílio especialmente feminino, além de presença significativa no crescente setor terciário, especialmente na construção civil e trabalhos de conservação, limpeza e dos chamados “trabalhadores por conta própria”.

No que se refere ao trabalho formal, verifica-se uma heterogeneidade composta por atividades qualificadas e desqualificadas. O segmento mais qualificado, intelectualizado, atua junto às tecnologias mais avançadas, e por isso, desempenhando um papel central na criação de valor de troca, o que objetivamente confere a estes representantes maior potencialidade e força em suas ações. Assim, os mesmos são objeto de intenso processo de manipulação e envolvimento pela empresa, reduzindo sua participação nas ações sindicais.

Os demais trabalhadores estão submetidos à rotatividade em menor monta, na medida em que o passar do tempo é relacionado com o custo desta mão de obra e a própria questão de “talento”, já que a “capacitação” não é mais um bem durável e o custo de retreinamento é oneroso. E, ainda, os indivíduos mais jovens custam mais barato e causam “menos problemas”, pois os mais velhos dão vazão à insatisfação (SENNETT, 2006).

Esse cenário permite constatar a existência de uma heterogeneidade do mundo do trabalho. Com isso ocorre maior dificuldade da percepção de igualdade de situação de trabalho de identidade coletiva e representatividade de interesses especialmente diante da fetichização das relações sociais peculiares ao capitalismo. Há uma fragmentação dos trabalhadores a qual obstaculiza a formação da consciência de oposição de interesses entre trabalhadores e patrões. Não que a consciência seja a soma ou a média do que pensa cada um dos indivíduos que formam a classe, mas afeta a construção da identidade. O reflexo disso é uma certa “crise de consciência” dos trabalhadores diante da dificuldade de reconhecer-se enquanto classe, em sua trajetória de “classe para si”, em sua subjetividade, consciência, organização e ação coletiva.

Em suma, nesse contexto, a manipulação da subjetividade adquire relevo e traz consigo a “cultura do novo capitalismo” que acentua a categoria da flexibilidade no processo produtivo que requer dos trabalhadores agilidade, criatividade e que estejam abertos a mudanças de curto prazo, que assumam riscos continuamente, que dependam cada vez menos de leis e procedimentos formais (SENNETT, 2005).

Acentua-se o ambiente de incertezas e instabilidades características do capitalismo diante da concorrência globalizada, da desregulamentação dos mercados globais e, por consequência, da relação capital e trabalho. A flexibilidade na produção é possibilitada pelas novas tecnologias que permitem uma rápida reconfiguração das máquinas de acordo com as novas demandas de consumo, além de possibilitar um controle mais objetivo do trabalho, destruindo a tradicional tecnologia rígida.

Essas alterações na produção e geração das riquezas sociais, advindas do complexo de reestruturação produtiva, produzem impactos qualitativos nas relações de produção e no incremento do trabalho intelectual para expressivos setores produtivos. Além disso, incidem quantitativamente no clássico mercado de trabalho fabril com o incremento do capital morto em detrimento do capital vivo, economizando mão de obra, ocasionando o desemprego estrutural neste setor, além de aumentar o ritmo de produção e a produtividade do trabalho.

É a partir da combinação das novas tecnologias e formas de gestão e organização do trabalho que se eleva a produtividade do mesmo de modo a ampliar as formas de extração de mais-valia; intensificando o ritmo de trabalho ao empregar trabalhadores “polivalentes, multifuncionais”, que

operam simultaneamente várias máquinas; exigindo dos assalariados a vigilância, o controle e a prevenção das máquinas e produção, evitando, assim, as avarias.

Acentua-se a tendência de incrementar o chamado “trabalho precarizado” (parcial, subcontratado, hifenizado). Fenômeno este verificado também no capitalismo avançado onde “O trabalho temporário constitui o setor de mais rápido crescimento da força de trabalho nos Estados Unidos e na Grã-Bretanha; e representa atualmente 8% da força de trabalho americana” (SENNETT, 2006, p. 50).

Conforme dados da Organização Internacional do Trabalho (OIT), cerca de um bilhão e duzentos milhões de trabalhadores encontra-se em relações “precarizadas” ou desempregados. Na América Latina, o índice de trabalho informal chegou a 44% do total do emprego na década de noventa (POCHMANN, 2004).

Além disso, estudos da OIT relativos à América Latina e Caribe, do ano de 2005, indicam que dos 48 milhões de jovens entre 15 e 24 anos de idade que trabalham, 31 milhões realizam atividades precárias, sem contar com a seguridade social, e 10 milhões estão desempregados.

É possível acrescentar a isso a exploração ao trabalho infantil. Os dados disponíveis sobre o Brasil, indicados pelo Censo Demográfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) do ano de 2000, presentes no banco de dados do Sistema Nacional de Informações de Gênero (SNIG), mostram que a ocupação rural feminina, na faixa etária de 10 a 17 anos, era de 12,3% das meninas do Nordeste. No Norte, o trabalho infantil feminino rural nesta faixa etária era de 11,3% e no Sudeste 22,7%.

Ainda conforme a OIT, na América Latina e Caribe mantêm-se as práticas de uso de trabalho forçado. Existem aproximadamente 1,3 milhões de pessoas nestas condições de trabalho, e desses, 250.000 foram traficados internamente ou através de fronteiras.

Essas informações confirmam que a “mundialização do capital” continuou mantendo antigas formas de relações e condições de trabalho “precarizadas”. Contudo as mutações no processo produtivo ensejaram novas formas de precarização do trabalho nas nações periféricas e desenvolvidas como o trabalho subcontratado e, em domicílio, a contratação do trabalho autônomo e temporário. Amplia-se o uso da força de trabalho feminino cuja remuneração geralmente é inferior à masculina, mas parte essencial do orçamento doméstico, originando uma (nova) divisão social e sexual do trabalho.

Essa globalização precária das relações de trabalho se expande com as relações de terceirização entre empresas situadas em diferentes localidades do mundo, especialmente onde o custo de produção seja baixo, que, aliado aos fatores anteriormente referidos, contribui para degradar as relações salariais, os direitos trabalhistas e flexibilizar os contratos de trabalho. Isso porque a rentabilidade não se baseia mais somente na produção e comercialização da empresa, mas também nas relações de terceirização e cooperação interempresas da qual advém o termo “empresas-rede”.

Atualmente, vive-se a era da “empresa enxuta”, do sistema de produção toyotista, cujo dispositivo organizacional é o *jus-in-time/Kanban*, da estrutura produtiva nucleada em redes de empresas, terceirizando etapas acessórias da produção. A descentralização produtiva é centrada na lógica da focalização com a empresa, concentrando-se nas mercadorias que possuem vantagens competitivas. Com a terceirização, eliminam-se os estoques de matérias-primas e de produtos com uma maior integração do processo produtivo, isto é, a partir da gestão de fluxos de materiais e de informações possibilitado pelas novas tecnologias. A lógica disso é a racionalização da produção com diminuição dos custos, proporcionada pela redução do estoque e economia de espaço, além da simplificação dos fluxos de informação e da flexibilidade da produção e do trabalho.

Tudo isso impacta, alterando a noção de espaço geográfico, em um contexto de desenvolvimento econômico desigual e globalizado no qual o capital efetua deslocamentos. A liberdade de investimento pesa sobre os assalariados, tanto a ameaça como a efetiva colocação em prática de deslocamento da produção para países ou regiões em que o fator de produção e de força de trabalho tenha um menor custo.

No atual contexto, aprofunda-se a divisão internacional do trabalho, pois alguns países se transformam em montadoras de produtos industriais, enquanto o *know-how*, a tecnologia, os serviços financeiros e o *design* dos produtos concentram-se nos países desenvolvidos. Neles, as decisões dos oligopólios perdem contato com as estratégias de desenvolvimento internas dos países. A constituição de um regime de acumulação mundial predominantemente financeiro, potencializado pelas taxas de câmbio flutuantes e pelas políticas desreguladoras (financeira e contraditoriamente de protecionismo nos países desenvolvidos), sedimenta o desenvolvimento assimétrico e desigual. A consequência disso é o enrijecimento da hierarquia econômica internacional e a ampliação das desigualdades sociais.

Constitui parte desse processo a adoção do princípio *just-in-time* que significa eliminação dos estoques a partir do uso da tecnologia de comunicação, possibilitadora do mapeamento dos insumos, da produção e das vendas em tempo real, além de buscar atender um mercado consumidor mais individualizado. A organização do melhor aproveitamento do tempo de produção realiza-se pelo uso do sistema *Kanban*, de placas e senhas de comando para a reposição de peças e estoques. Essas técnicas refletem a “revolução na dimensão do tempo” já que o capitalista tem que reduzir o tempo de giro do seu capital, diferentemente do período fordista em que os investimentos de capital fixo de larga escala e de longo prazo efetivava-se devido aos mercados de consumo estáveis e crescentes.

Na atualidade, emerge um “novo tipo de trabalhador e um novo tipo de homem”, pressionado pelos resultados de curto prazo, pela competição do “mercado interno” onde a “delimitação entre concorrente e colega já não é tão clara”, afetando o senso de identidade dos trabalhadores (SENNETT, 2006).

Essa realidade até aqui evidenciada demonstra mutações que têm gerado exigências de novas “competências” e “habilidades” para o trabalhador que busca se inserir no mercado de trabalho. Transformações essas que se articulam com a “nova morfologia do trabalho” e a busca de conquista da subjetividade do trabalhador pelo capital, uma vez que o crescimento do componente intelectual da atividade viabiliza maiores possibilidades de acumular mais-valia. Em suma, o complexo de reestruturação produtiva comandada pelo Minotauro com suas mutações no labirinto produtivo, especialmente no que se refere à busca da cooperação e envolvimento dos trabalhadores, aliado à hegemonia das ideias de recorte teórico neoliberal com sua ênfase no indivíduo mítico com seus atributos e qualidades, impactam na ação coletiva dos trabalhadores.

Isso pode ser evidenciado no Brasil, especialmente no período de 1995 e 2003. Ou seja, ao longo dos mandatos governamentais do presidente Fernando Henrique Cardoso quando, efetivamente, se consolidaram no país as políticas de recorte neoliberal e o Brasil inseriu-se no processo de globalização dos mercados e acentuou-se o processo de reestruturação produtiva, especialmente nos setores mais dinâmicos da economia, base do sindicalismo classista. Enquanto no ano de 1995 o número de greves no país foi de 1.056 e, no ano seguinte, de 1.258; no ano de 1997, houve uma redução para 630 paralisações e no ano do término de seu mandato, ou seja, 2003, houve somente 340 paralisações grevistas. Patamar esse que vem se mantendo nos anos recentes, mesmo diante do crescimento da economia, limitando as conquistas econômicas e de direitos sociais, uma vez que as mesmas decorrem da luta política que depende da organização consciente para defesa de seus interesses. O debilitamento da resistência coletiva dos trabalhadores evidencia a ofensiva do Minotauro na produção com a reestruturação produtiva, na economia via globalização dos mercados e nas ideias através da hegemonia da teoria de recorte neoliberal.

Algumas considerações

Este artigo pretendeu conferir visibilidade à nova roupagem do Minotauro e às transformações em curso na nova ordem global e, conseqüentemente, no “mundo do trabalho”. O objetivo foi de refletir sobre o conjunto de transformações produtivas e alguns impactos nas condições materiais e na subjetividade da classe trabalhadora. Quanto às primeiras, cabe destacar que nunca se contou com tantos recursos tecnológicos, aumentando a capacidade de produzir e propiciar condições básicas de

vida. Mas, que, ao mesmo tempo, contraditoriamente, o mundo vive um crescente aumento de pobreza e desigualdade social devido à concentração da riqueza com a respectiva centralização do capital.

Diante dessa realidade, as classes dominantes buscam incessantemente preservar sua hegemonia, através de um conjunto de ideias apresentadas como verdades comprovadas, bem como tentam conquistar a subjetividade, especialmente dos trabalhadores, a fim de dificultar as ações coletivas.

O desafio consiste em compreender essa realidade, em conferir visibilidade à mesma e em servir para desenvolver ações capazes de estabelecer uma nova correlação de forças entre os trabalhadores e o Minotauro. Aos trabalhadores cabe compreender o processo em curso, e através da ação sindical enfrentar as expressões da questão social, construir uma sociedade onde o ser humano constitua o centro das políticas sociais e o trabalho possa ser um instrumento de satisfação das necessidades e realização a fim de construir uma nova hegemonia. Portanto, implica resistir e trabalhar na formação de uma identidade coletiva capaz de orientar a ação em busca da superação da sociedade capitalista na qual a ação coletiva tem papel destacado.

Referências

- ALVES, Gionanni. *O novo (e precário) mundo do trabalho: reestruturação produtiva e crise do sindicalismo*. São Paulo: Boitempo, 2005.
- ANDERSON, Perry. Balanço do neoliberalismo. In: SADER, Emir (Org.). *Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o estado democrático*. São Paulo: Paz e Terra, 1995.
- ANTUNES, Ricardo. *O caracol e a concha: ensaios sobre a nova morfologia do trabalho*. São Paulo: Boitempo Editora, 2005.
- CATTANI, Antonio David (Org.). *Trabalho e tecnologia: dicionário crítico*. Petrópolis: Vozes, 1997.
- CHESNAIS, François. *A mundialização do capital*. São Paulo: Xamã, 1996.
- DORNELE, José Carlos Assis. *Empreender: transformar ideias em negócios*. Rio de Janeiro: Campus, 2003.
- HARVEY, David. *Condição pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural*. 12. ed. São Paulo: Loyola, 2003.
- IBGE (Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística). Censo demográfico da população Brasileira. Brasília, 2008. Disponível em: <<http://www.ibge.br>>. Acesso em: jan. 2009.
- JESUS, Antônio Tavares de. *Educação e hegemonia no pensamento de Antonio Gramsci*. São Paulo: Cortez; Campinas: Editora da Universidade de Campinas, 1989.
- OIT (Organização Internacional do Trabalho). Panorama laboral. Disponível em: <<http://www.oit.org.br>>. Acesso em: jan. 2009
- POCHMANN, Márcio. *Atlas da exclusão social: a exclusão no mundo*. São Paulo: Contexto, 2004.
- RODRÍGUEZ, Oscar. *Hacia una reforma del sistema de seguridad social: salud, pensiones y riesgos profesionales*. Colombia: Universidad Nacional de Colombia, 2002.
- SENNETT, Richard. *A corrosão do caráter: consequências pessoais do trabalho no novo capitalismo*. Rio de Janeiro: Record, 2005.
- _____. *A cultura do novo capitalismo*. Rio de Janeiro: Record, 2006.

¹ Ao final do século XIX, F. W. Taylor aprofundou a divisão técnica do trabalho, atribuindo importância decisiva à separação entre concepção e execução e ao planejamento detalhado das tarefas, pois tem como hipótese a existência de uma maneira ótima de produzir. Na sequência do movimento de Gerência Científica, Henry Ford deu nova dimensão à divisão técnica, intensificando ainda mais a fragmentação das tarefas e vinculando-as à esteira móvel na linha de montagem. A mesma caracteriza-se pelos princípios da fixação do trabalhador em seu posto de trabalho e integração através de um sistema móvel, assegurando o deslocamento das matérias em transformação.

² O keynesianismo é a teoria econômica consolidada pelo economista inglês John Maynard Keynes em seu livro *Teoria geral do emprego, do juro e da moeda (General theory of employment, interest and money)* e que consiste numa organização político-econômica, oposta às concepções liberais, fundamentada na afirmação do Estado como agente indispensável de controle da economia, com objetivo de conduzir a um sistema de pleno emprego.

³ Terminologia utilizada para caracterizar a crise econômica dos anos de 1970. Em síntese, trata-se de uma situação típica de recessão, ou seja, diminuição das atividades econômicas e aumento dos índices de desemprego, além da inflação.

⁴ “Los orígenes del pensamiento neoliberal están asociados a la controversia sobre cuatro grandes temas: el nacional socialismo, el modelo de planificación central desarrollado por la Unión Soviética, los postulados del keynesianismo y la crítica a los estados benefactores” (RODRÍGUEZ, 2002, p. 19).

⁵ O modelo toyotista é uma terminologia genérica utilizada para designar um conjunto de técnicas de organização da produção e do trabalho aliado à automação de base microeletrônica introduzida na indústria e nos serviços.

⁶ É importante destacar que o fenômeno da globalização não é uma novidade da contemporaneidade. Ele remonta ao período das navegações marítimas, evidentemente com diferenças quanto às ferramentas utilizadas para viabilizá-la com uma instantaneidade ainda não vista.

⁷ Para um aprofundamento detalhado sobre esta terminologia, ver Chesnais (1996).

⁸ “O que denominamos ‘complexo de reestruturação produtiva’ envolve um sistema de inovações tecnológico-organizacionais no campo da produção social capitalista – por exemplo, a robótica e a automação microeletrônica aplicada à produção –; as novas modalidades de gestão da produção [...]. Além disso, é um importante componente do complexo de reestruturação produtiva, dos vários tipos de descentralização produtiva [...]” (ALVES, 2005, p. 11).

⁹ No entendimento de Gramsci, hegemonia supõe certa colaboração ou consentimento ativo e voluntário das classes subordinadas a qual se dá prioritariamente e não exclusivamente na “sociedade civil” que é o conjunto dos organismos comumente chamados “privados” tais como sindicatos, igreja, escolas etc. Esta se realiza por um complexo sistema de controle cultural no seio da sociedade civil – rádio, televisão, cinema, jornais, partidos políticos, igrejas (JESUS, 1989).

¹⁰ A dominação é o momento da força, do constrangimento, da intervenção legislativa ou policial, isto é, da coerção cujo monopólio se exprime no Estado e assegura a conformidade das massas populares ao tipo de produção ou economia em um determinado momento (idem).

¹¹ Para os mesmos, é admissível e não há contradição entre a liberdade econômica de mercado e regime político ditatorial. Apenas para exemplificar, é oportuno lembrar o Chile dos anos 1970 de Pinochet, cuja ditadura foi pioneira na aplicação de uma economia de recorte teórico neoliberal que como vento Minuano esprou-se na América Latina.